



ESPECIAL



FUNDOS EUROPEUS

QUANDO CHEGA A BAZUCA?

A partir do próximo ano, Portugal terá à disposição fundos europeus para apoiar a recuperação da economia dos efeitos da pandemia de Covid-19, num valor superior a 45 mil milhões de euros. Chegarão a tempo para ajudar a relançar a economia portuguesa? Leia a análise sobre esta e outras questões.

BAZUCA EUROPEIA

Portugal à espera de 45,1 mil milhões de euros ● II

ENTREVISTA

João Duque
Professor Catedrático do ISEG

“Não temos sequer capacidade para avançarmos já com o plano de recuperação e resiliência” ● IV



FÓRUM

Os fundos anunciados para 2021 chegarão em tempo útil para relançar a economia? Serão suficientes? ● X

OPINIÃO

A 'bazuca' irrepitível

JOÃO PALMA-FERREIRA
Redator Principal

Não há memória de uma crise global idêntica. Nem os oráculos da desgraça conseguiriam vaticinar uma situação mais complexa para 2020, em que se conjugaram sucessivos colapsos, sendo porventura os mais graves, precisamente os dois que afetam as companhias de aviação civil e o sector do turismo. Para Portugal, estes são dois tendões de Aquiles, que têm induzido cumulativamente o crescimento do Produto Interno Bruto, relativamente aos quais foram alimentadas expectativas de salvação por parte dos instrumentos financeiros de "fogo" diretamente fortalecidos pela "bazuca" da União Europeia (UE). O problema é que a construção europeia é muito complexa, e nem mesmo a urgência em cimentar força anímica entre empresários enfraquecidos, trabalhadores confinados, novos desempregados e sociedades europeias que procuram a qualquer preço um 2021 melhor e um 2022 com regresso à vida normal, nem mesmo assim, com todas as razões do mundo europeu à espera da resposta salvadora, houve facilidade em disponibilizar uma solução. Diz ao JE o Professor Catedrático do ISEG, João Duque, que, além disso, não há "bazuca" nacional, porque a elevada dívida portuguesa desaconselha novos empréstimos. Mesmo assim, os empresários e trabalhadores portugueses que congregaram esforços para aumentarem as exportações sabem que um pequeno país como Portugal, com muito empenho em vencer, acredita na bondade de uma solução europeia irrepitível designada por três letras: PRR. ●

BAZUCA EUROPEIA

Portugal à espera de 45,1 mil milhões de euros

Hungria e Polónia bloquearam o processo que permite avançar nas negociações do acordo de parceria, mas há verbas que podem ser antecipadas.

ÂNIA ATAÍDE

aataide@jornaleconomico.pt

A crise é profunda e a resposta à recuperação promete ser alavançada nos milhões que vão chegar de Bruxelas. Porém, a data da chegada continua incerta depois do bloqueio da Hungria e da Polónia ao próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP) e Fundo de Recuperação, colocando em suspenso os 45,1 mil milhões de euros que Portugal deverá receber até 2030 ao abrigo da bazuca europeia.

O Governo já entregou em Bruxelas o esboço do Plano de Recuperação e Resiliência, que irá permitir a Portugal aceder aos 12,9 mil milhões de euros em subvenções previstas chegarem através do Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

O esboço tem como base três grandes blocos, com a maior fatia destinada à "resiliência", seguida pela transição digital e pela transição climática. No bloco da resiliência, 3.200 milhões de euros são destinados às "vulnerabilidades sociais", 2.500 milhões de euros ao "potencial produtivo" e 1.500 milhões de euros alocados à "competitividade e coesão territorial".

O bloco da transição climática subdivide-se em três principais capítulos: 975 milhões de euros para a mobilidade sustentável, 925 milhões de euros destinados à "descarbonização e economia circular" e 800 milhões de euros para a "eficiência energética e renováveis". Já o capítulo da transição digital tem previstas 700 milhões de euros destinados à "escola digital", 500 milhões de euros alocados às "empresas 4.0" e 1.800 milhões de euros para a Administração Pública.

A estas verbas acrescem 29,8 mil milhões de euros do próximo orçamento de longo prazo da União Europeia, com 21 mil milhões de euros do PT2030 destinados a Portugal.

Apesar dos regulamentos que enquadram o Mecanismo de Resolução e Resiliência ainda estarem a ser negociados, certo é que assim que tenham luz verde Portugal poderá ir buscar imediatamente 10% da primeira tranche de 70% que vão ser disponibilizados, segundo explicou o ministro do Planeamento, Nelson de Souza, no Parlamento, o correspondente a cerca de 7% dos 14 mil milhões do bolo global, ou seja, 900 milhões de euros.

Por outro lado, o governante deixou claro que as restantes tranches ao contrário do que acontece nos fundos estruturais normais vai depender da comprovação do cumprimento dos marcos ou de metas acordadas com a Comissão Europeia, como prevê o Plano de Recuperação, que incluem o PIB e a taxa de desemprego.

Ainda assim, no Orçamento do Estado para 2021 (OE2021) o Executivo prevê uma antecipação das verbas do REACT-EU, Instrumento de Recuperação e Resiliência e Fundo de Transição Justa, previstos no Plano de Recuperação.

Contudo, para que as verbas tenham 'luz verde' há ainda um longo caminho a percorrer. Além do necessário desbloqueio a nível internacional, é preciso posteriormente que Portugal assine com a Comissão Europeia o Acordo de Parceria, no qual ficam estabelecidas as verbas destinadas a cada programa nos próximos anos, que serão depois associadas a entidades gestoras.

Apenas depois da definição destes parâmetros é que poderão ser abertos os concursos nas diferentes áreas, que inclui diferentes regras e que permitem às empresas concorrer.

Ainda a decorrer está o PT2020, que até setembro tinha atingido 53% de execução, com um acréscimo de despesa executada de 671,3 milhões de euros face a junho.

Segundo a última análise de Bruxelas entre os 15 programas operacionais, oito tinham uma taxa de execução superior a 50%, com o PDR Açores (77%), PDR Continente (72%) e o Capital Humano (68%) a registarem as maiores taxas. Por outro lado, sete programas registaram uma execução inferior a 50%, com destaque para o Alentejo 2020, com uma taxa de execução de 34% e o Centro 2020, de 35%. ●

Governo prevê no OE a antecipação de verbas do REACT-EU e Fundo de Transição Justa





ESTRATÉGIA 2030

Governo quer simplificar candidaturas

A estratégia 2030 já foi desenhada e prevê uma simplificação das candidaturas aos fundos das próximas décadas.

ÂNIA ATAÍDE

aataide@jornaleconomico.pt

O acordo de parceria para o PT2030 ainda não está fechado, pelo que não é possível ainda avançar com as regras de candidaturas para as empresas e dos concursos, mas o novo quadro não só irá trazer novidades sobre os montantes disponíveis, como deverá incluir uma simplificação das candidaturas das empresas para o acesso aos fundos.

A intenção já está sinalizada nos princípios orientadores e estrutura operacional do período de programação de fundos europeus da política de coesão relativo a 2021-2027. Segundo a legislação aprovada está prevista a “harmonização e simplificação dos formulários de candidatura, reduzindo a informação exigida ao mínimo necessário para cumprimento das obrigações de gestão eficiente e eficaz dos fundos europeus”, bem como a “rentabilização, sempre que adequado, dos investimentos em sistemas de informação realizados no âmbito do Portugal 2020, procedendo à adaptação dos mesmos para respeitar os princípios e as exigências do próximo período de programação”.

Até agora as empresas faziam as candidaturas aos fundos através do Balcão 2020 (mas é possível que este balcão seja atualizado). As empresas que ainda queiram apresentar candidaturas a concursos apoiados pelo PT2020 poderão fazê-lo através do registo no site <https://www.balcao.portugal2020.pt/>.

O acesso é realizado com o NIF – Número de Identificação Fiscal de duas formas: autenticação com credenciais de acesso ao Portal das Finanças ou através do modelo declarativo, mas apenas para entidades coletivas não registadas no FCPC - Ficheiro Central de Pessoas Coletivas, ou registadas nos últimos 15 dias úteis ou beneficiários que sejam entidades singulares sem credenciais de acesso ao Portal das Finanças. ●

ESTRATÉGIA 2030

● A Estratégia Portugal 2030 foi aprovada em outubro de 2020 e serve de referência para os vários instrumentos de política, como sejam o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e o próximo quadro comunitário de apoio 2021-27 (Portugal 2030). Está centrada em quatro áreas, segundo informação do Governo.

● As Pessoas Primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade

● Digitalização, Inovação e Qualificação como Motores do Desenvolvimento

● Transição Climática e Sustentabilidade dos Recursos

● Um País Competitivo Externamente e Coeso Internamente

ENTREVISTA JOÃO DUQUE Professor Catedrático do ISEG

“Não temos sequer capacidade para avançarmos já com o plano de recuperação e resiliência”

“A nossa ‘bazuca’ individual não existe. É limitadíssima”, comenta João Duque ao JE, contestando os milhões que o Estado dá a algumas empresas.

JOÃO PALMA-FERREIRA
jferreira@jornaleconomico.pt

“Não podemos gastar dinheiro porque não o temos”, alerta o Professor Catedrático do ISEG, João Duque, em entrevista exclusiva ao Jornal Económico. “Temos uma dívida tal, face ao nosso PIB, que facilmente ficamos numa situação endividada que nos deixa isolados”, refere, considerando que se não tivermos acesso a subvenções da UE – dinheiro gratuito –, não teremos capacidade imediata de apoiar as empresas que se encontram fragilizadas com a crise da pandemia de Covid-19. Para começar a enfrentar a atual crise económica, o Ministério do Planeamento abriu as candidaturas ao Programa Apoiar – dotado com 750 milhões de euros, atribuíveis sob a forma de subsídios a fundo perdido até 40 mil euros, destinados a micro e pequenas empresas dos sectores do comércio, restauração, atividades culturais e alojamento, que tenham tido quebras de faturação superiores a 25% nos primeiros nove meses de 2020. No entanto, os empresários temem que os grandes fundos demorem a chegar a Portugal e que o Programa Apoiar seja rapidamente esgotado.

Justificam-se os receios dos empresários sobre a capacidade do Programa Apoiar?

Depende do valor dos apoios atribuídos. Se usarem o valor máximo atribuível, os apoios vão chegar a um universo mais reduzido (de 18.750 empresas). Mas se os apoios

tiverem montantes médios mais baixos, chegarão a um maior número de empresas, como é óbvio.

No compasso de espera dos fundos da União Europeia (UE) foram criadas expectativas aos empresários no sentido de poderem aceder a apoios que salvaguardem a subsistência das empresas e dos postos de trabalho. Mas ainda não há visibilidade sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual, que supostamente trará fundos de coesão com 20,02 mil milhões de euros, mais os fundos para a agricultura, com 8,3 mil milhões, e as pescas, com 0,3 mil milhões. Nem parece estarem decididos todos os mecanismos de funcionamento do sistema de Recuperação e Resiliência...

“

Se fizermos o exercício de somar os milhões que são anunciados pelos membros do Governo, o Orçamento do Estado para 2021 teria o triplo da dimensão de Portugal

... não pode haver dinheiro para tudo, se o Estado entrega 1200 milhões de euros só para uma empresa...

... está a referir-se à TAP?

Sim. Mais 500 milhões de euros que lá mete agora. Vi o deslante do presidente do Sindicato Nacional do Pessoal de Voo e da Aviação Civil dizer que para a TAP ter um apoio suficiente tem de levar 4000 milhões de euros. Não sei se é verdade, se não. Para a TAP entram já 1700 milhões de euros. Para mim é evidente que o dinheiro não estica. Nem nós temos condições para estar a emprestar. Este Governo optou por usar uma política de devolução aparente do rendimento e cobrança posterior, quando poderia ter feito uma política mais conservadora no sentido de amortizar mais rapidamente a dívida, tendo agora mais folga. Esse é o nosso problema: não podemos gastar dinheiro porque não o temos. Ou melhor: depois de passar a pandemia de Covid-19, quando a poeira assentar, arriscamo-nos a ficar absurdamente endividados. Nós temos uma dívida tal, face ao nosso PIB e face à produtividade, que facilmente ficamos numa situação endividada que nos deixa isolados...

Esse alerta é semelhante à recente advertência feita pelo governador do Banco de Portugal, Mário Centeno...

Estava ele a falar ao espelho, com certeza. Agora é que ele se lembra disto? Ele diz: cuidado, não tomem medidas de caráter permanente

porque esta crise é uma crise temporária. Está bem... o problema é que não há dinheiro nem para as medidas temporárias. Porque nós não temos capacidade para nos endividarmos. Nós não temos capacidade para nos endividarmos no correspondente a 10% ou a 15% do PIB. Não podemos sequer fazer dois orçamentos expansionistas porque não temos essa capacidade. Se tivéssemos uma dívida de 60% ou 70% do PIB poderíamos aumentar para 80% ou 90% do PIB e nesse caso aguentávamo-nos bem. Mas nós estamos com uma dívida de 117% do PIB e arriscamo-nos a ficar acima dos 130% do PIB, portanto, isoladíssimos. Depois, quando a poeira assentar, quando acabar o *quantitative easing*, e quando nós não tivermos ‘dinheiro absurdo’, às pazadas, para que toda a gente possa comprar a dívida que quer, para ir logo a seguir entregá-la aos bancos centrais, nessa altura nós ficamos na mão do mercado! E o mercado vai nos pedir o couro e o cabelo para rolarmos a dívida. O processo é simples. Entramos num rolo compressor em que ao fim de um ano tudo acabou – é certo que não é já. Mas, acabando o *quantitative easing*, será ao fim

de um ano. O processo começa quando for colocado um volume desses de dívida a rolar. Todos os anos as taxas de juros tenderão a ser um bocadinho elevadas. Depois os credores passam a não emprestar com facilidade porque percebem que nós estamos no fio da navalha. Se acontecer qualquer problema, nós não teremos capacidade para enfrentá-lo. A questão está aqui: nós não temos sequer capacidade para avançarmos já com um plano de recuperação e resiliência, porque não temos capacidade de endividamento! Porque esgotámo-la. É tão simples quanto isto.

Está a sugerir que a prioridade do primeiro-ministro, do ministro das Finanças e do ministro do Planeamento teria sido a de alertarem que a capacidade de resposta, que o poder de fogo, que a ‘bazuca’ tantas vezes aludida no discurso político, será muito limitada, para os portugueses não criarem expectativas difíceis de concretizar?

A nossa ‘bazuca’ individual não existe. É limitadíssima. É certo que este ano é o que se vê. Com o barulho da crise muitas coisas passam.





Cristina Bernardo

Mas para o próximo ano já estão todos muito preocupados com o défice. E porque é que estão tão preocupados com o défice do ano que vem? Porque é óbvio que nós não podemos ter outra vez um défice igual ao deste ano. E isso não é nada de extraordinário porque eles sabem que não têm capacidade para aumentar mais, porque quanto mais gastarem este ano, menos sobra para o próximo ano. Por isso estão a fazer coisas absolutamente inacreditáveis, como a execução que não acompanha as autorizações que nós temos. Então num tempo destes em que é urgente que o Estado gaste dinheiro internamente, compreende-se, por exemplo, porque é que o investimento na execução orçamental de setembro ainda ia só com pouco mais de 40% do orçamentado?

E porquê?

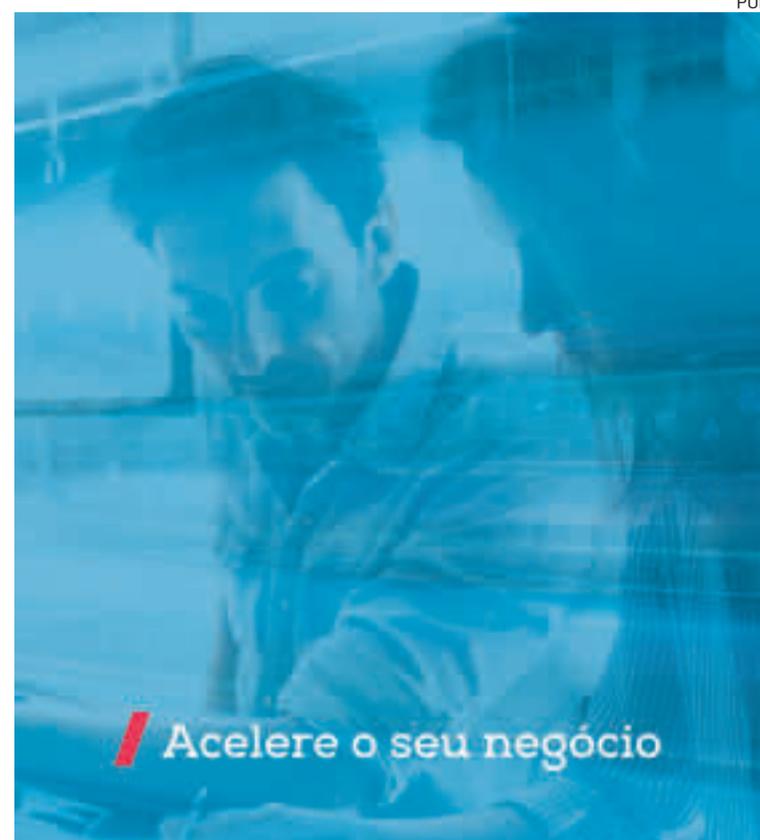
Primeiro, porque não temos *pipeline* de investimento. Segundo, porque eles não o estão a fazer, não estão a investir. Eles anunciam milhões e milhões e milhões. Quantas vezes anunciaram investimentos de milhões para o aeroporto e outros projetos? Se fizermos o exercício de somar os milhões que são

anunciados pelos membros do Governo, o Orçamento de Estado para 2021 teria o triplo da dimensão de Portugal. Porque o primeiro ministro fala em milhões e milhões, mas, de facto, a execução orçamental é ridícula. Apenas para prestações de serviços! Este ano a execução ia abaixo da correspondente execução do ano anterior em termos de percentagem dos valores autorizados! E estou a falar de fornecimento de serviços externos correntes. Num ano em que é urgente fazer-se 'fogo à peça'! É preciso gastar! O Estado devia estar a gastar dinheiro, mesmo! Para pôr as máquinas a funcionar. Fala-se das desgraças nas grandes empresas. Fala-se numa têxtil que vai desempregar não sei quantos trabalhadores e isso é uma desgraça. Claro! É evidente que quando ninguém sai à rua, também ninguém gasta dinheiro em roupa. Assim, quem é que precisa de comprar fatos? Nem camisas, nem sapatos. Estamos em casa, não gastamos roupa. Ora bem: era uma oportunidade ótima para o Governo, por exemplo, lançar concursos para renovar as fardas dos polícias, dos militares, dos GNR. Chama-se a isso fazer 'fogo à peça'! Isso ocupa-

ria as empresas têxteis com a produção de dezenas de milhares de fardas. O problema é que uma parte não decide por completa inépcia, porque nem sequer sabe o que deveria fazer.

O Ministério do Planeamento não deveria assumir um papel mais ativo neste processo?

Para isso era preciso que eles soubessem o que é que queriam fazer em Portugal. O primeiro ministro é o primeiro que não sabe o que é que quer fazer para Portugal, porque nunca o diz. Tanto lhe faz! Seja para a esquerda ou para a direita, desde que lhe garantam que ele é primeiro ministro, ele tanto lhe faz. Faz com o Bloco. Faz com o PCP. Pode fazer com o PS, ou com outro partido qualquer – tanto lhe faz – tirando o Chega, pelo menos, por agora. Mas não há uma orientação. Sobre as 'bazucas', veja-se o programa anunciado para a utilização dos recursos. Uma imensa percentagem daquela despesa que está prevista é para despesa não reprodutiva direta. É para fazer coisas públicas. Investimento público não reprodutivo, não diretamente relacionado com a atividade produtiva das empresas. ●



Sabe como maximizar a execução financeira do seu projeto PT2020?

A correta implementação de um projeto, segundo os critérios definidos, e a maximização do incentivo a receber são fundamentais para garantir o sucesso do seu negócio no âmbito dos fundos comunitários.

Através de uma gestão financeira e técnica rigorosa, cumprindo com os regulamentos, regras e procedimentos dos fundos europeus, a Yunit é o parceiro estratégico que o ajuda a alcançar o sucesso na implementação do seu projeto.

-  Transformação do Negócio
-  Apoio ao Investimento e Financiamento
-  Apoio à Execução e à Implementação
-  Consultoria Financeira
-  Gestão da Inovação
-  Marketing e Comunicação
-  Fiscalidade

Juntos vamos dar o salto.

www.yunitconsulting.pt
T: +351 21 330 72 02
E: contacto@yunit.pt

yunit
consulting

“António Costa adoraria dar dinheiro. Claro que sim”

João Duque em entrevista ao JE considera que “a bazuca europeia entretanto ‘pifou’. Gripou”. Reconhece não saber como é que Portugal irá enfrentar a atual crise, porque, diz, “o dinheiro não vai chegar depressa”.

Concorda com a política keynesiana muito transversal que o Governo diz querer promover?

É gastar dinheiro com coisas. Tipo obras na saúde, hospitais, que são despesas que deveriam vir no nosso orçamento. Mas é claro que o orçamento não estica para tudo, muito menos para o que se andaram a comprometer durante quatro anos. Mais isto e aquilo, que vai somando e somando. Isto paga-se, mas não se vê. Quando dizem que vamos baixar das 40 para a 35 horas de trabalho, isso é mais de 10%. Se tivermos, por exemplo, 8000 médicos que passam a ter menos 10% de horas no seu horário de trabalho, para fazermos o mesmo trabalho anterior temos de contratar muitos mais médicos. Sabendo que os novos primeiros mil médicos serão sempre para tapar um buraco deixado pela diminuição do horário. É simples fazer estas contas. Qualquer médico na privada não tem um horário destes, porque ninguém trabalha 35 horas semanais. Estas coisas só se veem mais tarde. Perante isto, uma verba de 750 milhões de euros para um programa Apoiar é caríca. Quando disseram que gastaram 1900 milhões de euros até setembro com todas as medidas de apoio, incluindo todos os lay off e tudo o resto, mas numa só empresa já gastaram 1200 milhões de euros e mais um cheque prometido de 500 milhões de euros para 2021. Veja-se só o ridículo que isto é. Quando olhamos para outros países vemos, por exemplo, na Alemanha, que vai gastar uma percentagem muito superior ao PIB com as suas medidas de apoio, muito superior ao que nós vamos gastar em percentagem do PIB. E quem é que precisa mais? Somos nós. Portugal. Será que um primeiro mi-

nistro português não gostaria de dar dinheiro? António Costa adoraria dar dinheiro. Claro que sim. Qualquer primeiro ministro adoraria dar dinheiro. Seria um Sócrates nº 2. Nesse sentido, respeito alguma coisa aquilo que foi o Mário Centeno durante o verão. E agora, o Leão.

Sob o ponto de vista das regras orçamentais, o investimento público segue a medida daquilo que é possível com os recursos nacionais. Mas nesta questão há um problema social grande, porque os portugueses esperavam que houvesse lay-off e apoios da UE no sentido de aguentarem as empresas para não aumentarmos o número de desempregados. Se for anunciado que não estenderemos os lay-off e que poderão surgir números elevados no desemprego, que explicação será apresentada aos portugueses? Como se resolve esta equação?

“

Ou vem dinheiro de fora e fazemos, ou, se não vem dinheiro de fora, não fazemos. Vão rapar o fundo ao tacho com outros dinheiros, para tentar colmatar aquilo que não vai acontecer

Só se resolve a equação se nos derem dinheiro.

Na forma de subvenções?

Exatamente. Se o dinheiro for gratuito, não reembolsável. Como já vimos, a bazuca europeia entretanto “pifou”. Gripou. Não sei o que é que vai ser. E o dinheiro não vai chegar depressa. Não chegando depressa, vai haver uma espécie de esmola. Vão rapar o fundo ao tacho, com outros dinheiros, proveniente de outros lados, de outros fundos, para tentar colmatar aquilo que não vai acontecer. Porque não vai acontecer a ‘bazuca’. Isto é complicado.

O horizonte que Portugal tem para 2021 e 2022 parece ser, nessa versão, bem mais negro do que se imaginava com base nas propostas que têm sido feitas sobre os potenciais apoios da UE?

É. Porque isto, de repente, parou. Pateou. Logo na altura se disse: cuidado porque estas verbas não vêm em 2020, nem vêm, se calhar, logo em janeiro, fevereiro ou março. Portanto, deveria de haver alguma estaleca para avançar, digamos assim, do ponto de vista quase que individual, de cada país por si. Nós, para alavancarmos o dinheiro dos fundos que entretanto não avançarem, desde que tivéssemos capacidade para irmos ao mercado levantar dívida, avançaríamos com programas e ‘toca a andar’. Depois, mais tarde, vinha o dinheiro da Europa, que tapava o que tinha sido pedido emprestado. De repente, segundo as notícias sobre a ‘bazuca’ europeia, da forma como estava prevista, já sabemos que de momento, não há. Mas vamos ver se há negociações políticas. Se nós tivéssemos um nível de dívida mais baixo, tínhamos outra capa-



cidade. Se não houvesse dinheiro da UE imediatamente disponível, avançávamos nós. Mas não é assim. Por isso, ou vem dinheiro de fora e fazemos, ou, se não vem dinheiro, não fazemos. É inacreditável: agora estamos totalmente nas mãos da Polónia e da Hungria.

Que poderá acontecer às empresas que estão dependentes de envelopes financeiros, como a TAP?

Como há falta de clarividência na atribuição de fundos, essas empresas passam à frente. Se eu mandasse teria arrumado a TAP de uma vez só. Mas há outros problemas que estão a surgir. Os CTT. É um negócio que se está mesmo a ver que é “florescente”. Qualquer pessoa percebe que o negócio de entregar cartas é “maravilhoso”: é o que toda a gente quer... É uma responsabilidade. Aquilo é um passivo. Tem de se fazer, como é evidente. Pode ser conjugado com a logística e quem tiver uma estrutura eficiente até pode conseguir preços mais baratos pelo serviço. Mas sabemos que o negócio de entrega de cartas é um negócio que vai morrer. Vai desaparecer. As pessoas vão deixar de enviar car-

tas. Acabou. Eu só escrevo uma carta porque sou obrigado. Depois é preciso ir aos Correios. É um negócio em extinção. E o que é que eles querem? Ir comprar os CTT. Eu pergunto quem é o inteligente que aconselha o Estado a comprar os CTT? Ou a TAP. A TAP tal como está não funciona. E estão a meter dinheiro a rodos para favorecer quem? Eu nem faço ideia, porque até tenho medo de perceber quem é que de facto está interessado. Não são os trabalhadores. O grande beneficiário dos 1200 milhões são as empresas que estão a fazer o *funding do leasing* dos aviões. Esses sim, são os grandes beneficiários. E um desses senhores chega-se a um qualquer destes papagaios que andam por aqui e eles atravessam-se com 1200 milhões de Portugal, na maior, dizendo que no dia em que a TAP tenha receitas, as receitas são de todos, como agora são os prejuízos. E isto dito por um indivíduo que é ignorante até da nomenclatura do negócio e que anda a responsabilizar e a convencer uma República para se enterrar na TAP 1200 milhões de euros. Não consigo perceber como é que ainda lhe dão crédito depois de ele ter tiradas destas. ●

ENTREVISTA **GONÇALO REGALADO** Diretor de Marketing Empresas & Negócios do Millennium bcp

BCP será um agente mobilizador da retoma

“Somos parceiros na missão governamental de operacionalizar o maior pacote de incentivos de sempre”, diz Gonçalo Regalado, do BCP.

MARIA TEIXEIRA ALVES
dszds@jornaleconomico.pt

A partir do próximo ano, Portugal terá à disposição fundos europeus para apoiar a recuperação da economia dos efeitos da pandemia. Gonçalo Regalado, responsável para a Direção de Marketing Empresas & Negócios do Millennium bcp, explica o papel do banco no financiamento à economia.

Qual será o papel dos bancos na canalização destes fundos? Irão trabalhar em conjunto com o Banco de Fomento?

O Banco Português de Fomento e o Millennium bcp têm missões complementares e um sentido de responsabilidade comum no que respeita ao apoio e desenvolvimento económico do país. É absolutamente indispensável a existência de uma relação de proximidade e parceria, que já existe hoje e é determinante no apoio à Economia. Dentro dos diferentes instrumentos financeiros veiculados pelo Banco de Fomento, uma boa parte enquadra as Linhas de Financiamento com Garantia de Estado, as Garantias e Seguros de Crédito à Exportação ou os instrumentos de reforço de capital que serão protocolados e disponibilizados pelo BCP às empresas. Tratam-se de linhas que pelas suas características específicas conferem uma vantagem evidente para as Empresas e para a retoma económica, pelo reduzido custo inerente, pela relevante percentagem de garantia de Estado, entre outras condições que podem, por exemplo, contemplar conversão de parte da dívida em “fundo perdido” são uma boa oportunidade para as Empresas. O BCP pretende continuar a ser o nº 1 no apoio à Economia nos tempos desafiantes da pandemia e, também, nos tempos da recuperação económica.

Como é que se faz chegar este dinheiro às empresas, sem ser através de crédito?

O pacote de apoios para a recuperação económica chegará às empresas sob formas distintas, materializadas em instrumentos financeiros que se complementam e respondem a objetivos e necessidades diferentes. O BCP será um agente mobilizador de investimento através de instrumentos de incentivos como o Portugal 2030 e o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que são instrumen-

tos com fortes componentes de incentivos a fundo perdido. Além disso, o Banco de Fomento tem na sua génese um conjunto de instituições com vasta experiência em instrumentos de dívida, mas também instrumentos de garantia e de capital. Se estes instrumentos forem conciliados com a gestão de subvenções reembolsáveis e não reembolsáveis dos fundos comunitários teremos alavancas muito relevantes para incentivo ao empreendedorismo, ao investimento, à criação de emprego e à promoção de sustentabilidade e coesão do país. Esta experiência, aliada à proximidade, capilaridade e dinâmica comercial do BCP, tem todas as condições para fazer a diferença na forma como o tecido empresarial português reagirá ao pós-pandemia, com a resiliência e sentido de urgência que se impõem para recuperação do crescimento.

As PME são das que têm mais dificuldade em aplicar fundos comunitários na União Europeia, como é que consegue fazer com que o dinheiro chegue às empresas que mais sofreram com a pandemia?

Sem prejuízo do rigor e controlo que se impõem, o acesso aos fundos comunitários requer um modelo ágil, simplificado e desburocratizado, orientado para que as PME executem e atinjam os seus resultados. Somos parceiros na missão governamental de operacionalizar o maior pacote de incentivos de sempre ao dispor da recuperação económica. Esta proposta agregada beneficia da estreita articulação, sinergia e complementaridade entre as duas maiores fontes de financiamento europeu para a próxima década - o Acordo de Parceria do PT2030 e o PRR. O BCP está preparado para assumir um papel determinante na concretização da estratégia de recuperação nacio-

nal. Com instrumentos financeiros robustos, que respondam em complementaridade à componente privada de financiamento dos projetos, com acréscimo de valor (por via do conhecimento especializado) na resposta às necessidades dos seus clientes e com elevada agilidade na concessão de financiamento (modelo assente na digitalização e na proximidade) somos um Banco determinante no apoio à Economia e aos Empresários. O BCP tem um modelo de acesso simples, ágil e desburocratizado, que serve as necessidades imediatas das empresas. No Portugal 2020, o banco apoiou mais de 4.250 projetos com dois mil milhões de financiamento directo à economia. Para o Portugal 2030 e para o PRR, acrescentamos as vantagens das parcerias com os nossos clientes para acelerar o investimento de recuperação económica. Hoje, somos o Banco Parceiro das principais Associações Empresariais, das Organizações de Produtores, das Confederações, das Entidades do Sistema Científico e Tecnológico e de equipas especializadas de Consultoria, tendo sido criado um Ecossistema de Fundos Europeus para apoio aos nossos Clientes. Estas Parcerias permitem mitigar os efeitos da transição de Programas Europeus e são muito importantes para todas as PME.

Quando chegam os fundos europeus? E de que formas podem as empresas concorrer? Quais os diferentes instrumentos disponíveis?

Atendendo aos trâmites de aprovação e concessão de apoios europeus, apontamos que seja previsível a chegada dos primeiros incentivos apenas no final do primeiro semestre de 2021 da descrita “bazuca europeia”. Se forem aplicados instrumentos orçamentais de adiantamento de concursos, podem ser já lançados apoios relevantes no final do 1º trimestre. Como tal, com a urgência que se impõe, serão progressivamente lançados avisos (concursos) a que as Empresas se candidatam em função do enquadramento da sua atividade. Alguns destes primeiros concursos apontamos que sejam orientados para o estímulo ao investimento adaptativo enquanto outros avisos podem ser dedicados ao apoio direto à liquidez das Empresas. ●



GONÇALO REGALADO
Diretor de Marketing
Empresas & Negócios
do Millennium bcp

Leia a entrevista na íntegra em www.jornaleconomico.pt

Portugal 2030 e PRR: a bazuca já chegou?



João Aranha
Partner
Baker Tilly

Muito se falou e, com toda a pompa e circunstância, se anunciou a criação de uma bazuca financeira e monetária que prometia acabar ou pelo menos suavizar a crise e voltarmos aos anos de crescimento económico que vínhamos experienciando.

No entanto, fica omissa para a chegada desta bazuca (ou pelo menos grande parte dela), a mesma teria que ser carregada manualmente por 27 soldados e que teria que percorrer toda a Europa...

Pois bem, é uma analogia fácil, mas que espelha bem o que poderá ser a demora na chegada da tão aguardada bazuca.

Embora a ratificação por parte de todos os Estados Membros possa ser um processo moroso, existe uma pequena luz ao fundo do túnel, uma vez que ao abrigo do Fundo do Portugal 2030 existe a possibilidade de adiantamento de 10% das verbas.

Relativamente à bazuca convém salientar que o montante avultado de dinheiro que irá chegar a Portugal se divide em 2 dois grandes mecanismos de apoio: Portugal 2030 e Plano de Resolução e Resiliência (“PRR”).

O Portugal 2030 é o quadro financeiro plurianual e sucedâneo dos conhecidos QREN e Portugal 2020 e almeja o financiamento de projetos enquadrados nos seguintes grandes temas:

- Mercado único, inovação e digitalização;
- Coesão, resiliência e valores;
- Recursos naturais e meio ambiente;
- Vizinhaça e o mundo;
- Segurança e defesa; e
- Migração e gestão de fronteiras.

O PRR visa apoiar a retoma da economia neste período particularmente difícil e direciona-se para 3 grandes pilares estruturantes:

- Resiliência (vulnerabilidades sociais, potencial produtivo e emprego, competitividade e coesão territorial);
- Transição climática (mobilidade sustentável, bioeconomia e eficiência energética); e
- Transição digital (para escolas, empresas e administração pública).

Com base nas linhas orientadoras do Portugal 2030 e do PRR podem-se destacar as seguintes componentes de investimento mais focadas nas necessidades das empresas:

- Inovação (reindustrialização, I&D, etc);
- Descarbonização da indústria;
- Hidrogénio e renováveis;
- Eficiência energética em edifícios;
- Empresas 4.0;
- Qualificações e competências; e
- Bioeconomia.

Pese embora, ainda tenhamos apenas linhas gerais e orientadoras podemos antecipar que muitos projetos terão cabimento nos concursos de incentivos que irão abrir, sendo da competência do nosso tecido empresarial ir preparando o campo de tiro para usar da melhor forma a bazuca que irá chegar.

A preparação passa por uma análise prévia cuidada dos investimentos a realizar e, a sua adequação aos programas de incentivos que ficarão disponíveis, tendo sempre em consideração o que serão os objetivos que cada linha de incentivos irá requerer (exportações, emprego qualificado, etc).

Com o apoio  **bakertilly**



Reuters

Dicionário de fundos europeus

Numa altura em que a Comissão promete uma resposta sem equivalente a uma crise também ela como nunca antes visto, importa mais do que nunca saber do que se fala quando o tema é fundos europeus.

JOÃO BARROS

jbarros@jornaleconomico.pt

Adiantamento

Antecipação do pagamento da participação comunitária ou nacional. Regra geral, os respetivos documentos justificativos de despesa e de pagamento deverão ser apresentados em momento posterior.

Adicionalidade

O princípio da adicionalidade refere-se à não substituição das despesas estruturais públicas pelos fundos estruturais, ou seja, os últimos devem ser usados como complemento aos primeiros, nunca como substituto.

Ajuda Reembolsável

Apoio financeiro concedido a um beneficiário sujeito a reembolso, geralmente, de forma faseada.

Auxílio de Estado

Benefício concedido pelo Estado

ou equivalente que implique uma transferência de recursos estatais ou a diminuição de encargos que gere uma vantagem económica que o beneficiário não obterá em condições normais de mercado. É considerada uma distorção de mercado e, portanto, estão proibidos sem autorização prévia da Comissão.

Cofinanciamento

Parcela da despesa elegível para financiamento através de fundos comunitários.

FC - Fundo de Coesão

Fundo destinado aos países cujo PIB médio por habitante é inferior a 90% da média da UE. Tem por objetivo a concessão de financiamento para infraestruturas ligadas ao ambiente e mobilidade.

FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

Fundo estrutural que apoia a realização de infraestruturas e investimentos geradores de emprego, so-

bretudo para empresas. Foca-se na promoção da coesão através do investimento, virado maioritariamente para inovação, investigação e proteção ambiental.

FEI - Fundo Europeu de Investimento

Visa prestar apoio às pequenas e médias empresas (PME). O FEI financia operações de capital de risco para apoiar pequenas e médias empresas (PME), sobretudo em

fase de arranque e do setor tecnológico e fornece garantias bancárias para os empréstimos destas PME.

FSE - Fundo Social Europeu

Fundo estrutural que visa o reforço da política económica e social da União sobretudo através da promoção do emprego e de serviços sociais adequados.

Next Generation EU

Pacote de estímulos temporários desenhado para fazer face à crise pandémica. Tem como objetivo a recuperação da economia europeia, mas também a transição para uma economia mais ambientalmente responsável, digital, resiliente e inovadora.

NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

Classificação europeia criada pelo EUROSTAT com vista a estabelecer uma divisão geográfica coerente

e estruturada do território económico comunitário que sirva de base estatística para comparação entre regiões.

Política de Coesão

Estratégia de promoção e apoio do desenvolvimento global e harmonioso dos Estados-Membros e das suas regiões, procurando a coesão económica e social.

Quadro Financeiro Plurianual (QFP)

Enquadra os limites orçamentais anuais da UE, estabelecendo montantes anuais que discriminados por domínio. O Conselho adota o regulamento sobre o QFP depois da aprovação do Parlamento.

Taxa de Apoio

Percentagem que o financiamento europeu constitui no custo total de uma dada operação.

Taxa de Execução

Rácio entre despesa concretizada e a aprovada numa dada operação.

O anúncio do Quadro Financeiro Plurianual e do NextGenEU reforçam a necessidade de compreender os conceitos relativos aos fundos europeus

O vazio nota-se.
Imagine o impacto que o vazio terá na sua marca.

Reserve este espaço publicitário para a sua empresa



O Jornal Económico



FÓRUM

BAZUCA EUROPEIA É IMPORTANTE, MAS SÓ SE APLICADA CORRETAMENTE E A TEMPO

O bloqueio da Hungria, Polónia e Eslovénia ameaça atrasar a chegada de fundos aos estados membros da União, onde poderiam ser uma forte ajuda na recuperação, mas não podem ser vistos como a salvação do tecido económico. **JOÃO BARROS**

OS FUNDOS ANUNCIADOS PARA 2021 CHEGARÃO EM TEMPO ÚTIL PARA RELANÇAR A ECONOMIA? E SERÃO SUFICIENTES?



JOÃO ARANHA
Partner
da Baker Tilly

Os fundos anunciados para 2021 são dois grandes tipos de apoios monetários e financeiros: o Portugal 2030 e o Plano de Recuperação e Resiliência ("PRR"). Relativamente ao Portugal 2030, devemos atentar nos programas comunitários anteriores (QREN e Portugal 2020) e podemos constatar que ambos tiveram um início tardio

face à data formal da sua entrada em vigor.

Não quero com isto desculpar que o Portugal 2030 possa também começar tarde, antes pelo contrário; se historicamente já sabemos que são processos longos e morosos e, adicionalmente, neste momento crítico que atravessamos precisamos prementemente de apoios financeiros deveria ter existido um esforço político adicional à escala europeia para acelerar a disponibilização dos fundos.

O PRR terá ainda de ser ratificado pelos 27 Estados Membros e isso, efetivamente, poderá acarretar algum tempo, sem sombra de dúvida, mais do que o desejado. No entanto, pode atentar-se no esforço político internacional que permite que 10% dessa verba seja acessível logo em janeiro, sem a ratificação formal pelos estados-membros.

Face ao exposto, acredito que Portugal 2030 e PRR podem e devem ser antecipados, sob pena de chegarem demasiado tarde a quem mais precisa.

No que concerne ao montante (no conjunto do Portugal 2030 e PRR), Portugal irá ter uma quantidade bastante considerável de fundos para gerir, como ainda nunca tinha recebido até hoje, mas o cerne da questão será sempre se serão orientados nos projetos e investimentos certos. Podemos ter uma verba infinita, mas se não a orientarmos no sentido da modernização (quer empresarial, quer do estado), inovação, I&D, entre outros, nunca será suficiente.



ALEXANDRE MEIRELES
Presidente da ANJE – Associação
Nacional de Jovens Empresários

Estão a ser desenvolvidos esforços para acelerar a conclusão da aprovação do Quadro Financeiro Plurianual 2021-27, de forma a assegurar que entra efetivamente em vigor no dia 1 de janeiro do próximo ano. Se tudo correr bem, nomeadamente se for rapidamente ultrapassado o bloqueio da Hungria, Polónia e Eslovénia aos novos



LUÍS MIRA
Secretário-Geral
da CAP

Neste preciso momento vivemos uma situação de bloqueio conhecida, que resulta de uma questão política assumida pela Polónia, Eslovénia e Hungria. Este braço-de-ferro se não for ultrapassado rapidamente vai atrasar a disponibilização das verbas. Estamos a falar de um envelope financeiro colossal, quer a nível europeu, quer ao nível de cada Estado Membro. Só para Portugal falamos numa verba que, números redondos, anda pelos 50 mil milhões de euros. Ora, depois desta situação de paragem ser desbloqueada, os parlamentos nacionais terão ainda que desencadear o processo de ratificação, há que produzir legislação, promover a sua transposição e adaptação, as candidaturas têm que ser abertas, analisadas e decididas e só nesse

momento, com a chegada efetiva do dinheiro às empresas, é que se conclui este processo. Num cenário otimista, diria que nove meses após a obtenção de um consenso entre os Estados-Membros será o período mínimo para a economia começar a receber estas verbas. O montante reservado a Portugal será tão mais suficiente quanto melhor este for empregue. Ou seja, será a qualidade da despesa e dos investimentos realizados que determinarão a resposta a essa questão. Mas uma coisa é certa: se a aplicação do dinheiro não for rápida e eficiente, se ficar perdida em burocracias ou se for mal usada em projetos improdutivos, então não, o dinheiro em causa não vai chegar. Se o dinheiro chegar à economia para a realização de bons projetos, que aumentem a capacidade produtiva, que inovem, que criem emprego e cadeias de valor acrescentado, que criem conhecimento e qualifiquem os trabalhadores e a gestão, então sim, o país será capaz de retomar um caminho de crescimento.

fundos, prevê-se que as primeiras verbas comunitárias comecem a chegar aos Estados-membros na primavera de 2021. Não é, de facto, o timing perfeito para Portugal, que, pressionado pela sua elevada dívida pública, tem sido um dos países europeus que menos gasta na resposta à crise económica. O ideal seria dispor da “bazuca” europeia logo no início do ano, dada a atual vulnerabilidade do tecido económico e social português. Muitas empresas têm problemas de liquidez e níveis elevados de endividamento, vários sectores debatem-se com fortes reduções da procura, há negócios com grandes limitações na sua atividade e a incerteza quanto à evolução da pandemia limita o consumo e o investimento. Neste contexto, era importante uma rápida injeção de dinheiro na economia, de modo a reforçar a tesouraria das empresas, estimular o investimento e proteger o emprego e o rendimento das famílias. Convém, no entanto, ressaltar que, para que os novos fundos europeus tenham impacto imediato no relançamento da economia, é necessário que a máquina estatal esteja bem oleada. Ou seja, o Estado terá de ser célere na atribuição das verbas, o que implica a agilização dos processos de candidatura aos fundos europeus. Há que evitar a morosidade na análise, avaliação e acompanhamento dos projetos verificada nos quadros comunitários anteriores. Isto implica clarificar a informação sobre os incentivos, simplificar as candidaturas aos concursos, otimizar o funcionamento das entidades competentes e descentralizar a estrutura de distribuição dos fundos. Para

concretizar tudo isto, parece-me fundamental reforçar as estruturas intermédias do Estado, dotando-as de recursos humanos e tecnológicos para tornar os processos mais eficientes e expeditos. Dito isto, numa visão otimista, o efeito conjugado da chegada dos primeiros fundos europeus e do início da vacinação em larga escala contra a Covid-19 pode ser verdadeiramente revigorante para a economia portuguesa e acelerar a recuperação das empresas e do emprego. Quanto aos montantes a disponibilizar em 2021, está previsto, para já, um adiantamento das futuras subvenções, que permitirá a Portugal receber cerca de 1.425 milhões de euros do pacote europeu de resposta aos efeitos da Covid-19 na economia. Este “pré-financiamento” parece-me curto para as necessidades do país, mas, uma vez desbloqueada a aprovação final da “bazuca” europeia, são de esperar novas tranches de financiamento ao longo do ano. Não creio, aliás, que o montante dos fundos seja um problema, desde que Portugal revele capacidade de execução e critério na aplicação dos dinheiros europeus. O novo envelope financeiro é, de facto, muito generoso para o nosso país, mas há que saber aplicá-lo. Portugal deve privilegiar o investimento (público e privado) que produza efeitos estruturais, gere retorno económico e social e capacite o tecido empresarial ao nível da qualificação, digitalização, internacionalização, inovação e sustentabilidade.

Fundos Europeus: A urgência económica e as mudanças sustentáveis



NUNO TOMÁS
Managing Director
da Ayming Portugal

Com as previsões económicas para Portugal a apontarem para uma contração do PIB, para 2020, de 8,5% e esperando-se que o próximo ano seja de crescimento (5,4%), que prioridades e instrumentos tem o Governo a oferecer às empresas, para operar esta transição no espaço de um ano?

As prioridades centram-se na **Transição Digital**, não só na capacitação dos RH, mas também na transição dos processos das empresas para uma base digital; na **Descarbonização da Indústria**, promovendo a transição para fontes energéticas renováveis, ao invés dos modelos energéticos assentes em combustíveis fósseis; na **Aposta em Inovação e I&D**, aproximando o sistema de

inovação nacional das empresas e, por fim, numa **Administração Pública mais digital**, diminuindo os custos de contexto para os cidadãos e para as empresas. **Como instrumentos**, Portugal terá uma conjugação de fundos ímpar, (i) fruto da **Reprogramação do Portugal 2020**, estendido até 2023 e com reforço da sua dotação orçamental, (ii) o vindouro **Portugal 2030** e (iii) o **Plano de Recuperação e Resiliência**. Esta combinação de Fundos Europeus permitirá a Portugal aceder a cerca 45 mil milhões de euros em subvenções, entre 2021 e 2029. Sendo reconhecidos os desafios nacionais ao nível da **simplificação, concentração e complementaridade com os fundos nacionais**, compete ao Governo a adequada e urgente orquestração administrativa para que estes fundos cheguem rapidamente à economia nacional.



Com o apoio



Apoie o jornalismo independente.

S	Q	N	V	A	H	I	P	A	N
I	H	B	T	X	Q	N	O	J	F
M	A	P	L	R	X	E	U	V	R
Q	A	O	B	C	X	T	P	J	L
X	S	U	B	S	C	R	E	V	A
N	O	V	T	P	V	H	Q	M	J
X	N	E	X	Z	N	J	X	H	I
P	L	N	R	N	Q	B	S	X	M

Subscreva hoje em leitor.jornaleconomico.pt/assinaturas/produtos ou ligue 217 655 300

   /JornalEconomico/